

VERDADE ABSOLUTA: UMA ANÁLISE DE HABERMAS SOBRE A ÓPTICA DE KANT E HEGEL

ABSOLUTE TRUTH: A HABERMASIAN ANALYSIS UNDER THE OPTICS OF KANT AND HEGEL

Alessandro de Farias Carneiro¹

Lindemberg Alves da Silva²

Victor Kallil de Sena Rocha³

RESUMO: Nos dias hodiernos, é sabido de a grande importância exercida pela filosofia para o ser humano compreender melhor a si mesmo, a sociedade e o mundo que o cerca, no qual essa está diretamente relacionada com o modo de pensar, agir e se comportar, sendo extremamente necessário a realização de trabalhos e pesquisas nessa área, a fim de aumentar o conhecimento dos indivíduos acerca desta. O presente trabalho, visa expor uma análise do filósofo Habermas, em relação a teoria óptica de Kant e Hegel, no qual esse pensamento é dado como sendo uma verdade absoluta. Trata-se de um estudo, em que possui como base o livro “Verdade e Justificação”, do alemão Jurgen Habermas, sendo utilizado o método dialético e bibliográfico. Os principais resultados, desse artigo científico, estarão relacionados com o aumento do conhecimento das pessoas em relação à filosofia, sobre os filósofos expostos e acerca do que é “verdade”. Especificamente, nos indivíduos que fizerem a leitura deste artigo, será possível verificar o aumento do seu conhecimento sobre a filosofia.

Palavras-chaves: Filosofia; Verdade absoluta; Conhecimento.

ABSTRACT: Nowadays, it is known of the great importance imposed by philosophy for the human being to better understand himself, society and the world that surrounds him, in which this is directly related to the way of thinking, acting and behaving, being extremely needed to carry out work and research in this area, in order to increase the knowledge of individuals about this. The present work aims to expose an analysis of the philosopher Habermas, in relation to the optical theory of Kant and Hegel, in which this thought is given as being an absolute truth. This is a study, which is based on the book "Truth and justification", by the German Jurgen Habermas, using the dialectical and bibliographic method. The main results of this scientific article will be related to the increase in people's knowledge about philosophy, about the exposed philosophers and the certainty of what is "true". Specifically, in individuals who read this article, it will be possible to verify the increase in their knowledge about philosophy.

Keywords: Philosophy; Absolute truth; Knowledge.

INTRODUÇÃO

Em primeira análise, esse tema possui grande relevância na área filosófica, a verdade absoluta exposta por Habermas, em relação a óptica de Kant e Hegel, é concebida através do entendimento mútuo racional, sendo construída a partir de argumentos desenvolvidos por sujeitos cognoscentes (dotados de cognição). Segundo Habermas, o debate livre e racional é primordial para a democracia, defendendo, assim, que sempre haja um debate público para a produção do consenso.

Em outro viés, esses foram grandes filósofos da antiguidade, porém, de períodos diferentes. O primeiro meado da presente pesquisa discorre sobre as características dos filósofos, acerca da verdade no âmbito da filosofia e posteriormente sobre a certeza sensível. O principiante conhecido pela humanidade foi Kant, viveu no século XVII, intitulado de século das luzes, foi um exímio pensador alemão conhecido mundialmente e buscou determinar os limites da razão humana, concluindo a impossibilidade de o intelecto produzir conhecimento por si mesmo, pois essa é originária do conhecimento. Outrora, em 1770 nasce Hegel, alemão idealista que abriu novos campos de estudo através dos seus estudos e da lógica dialética, influenciando pensadores como Friedrich Engels e Karl Marx, sendo um marco na filosofia mundial. Por conseguinte, em 1929 ocorre o nascimento do alemão Habermas, esse dedicou-se ao estudo da democracia, criando teorias como a do agir comunicativo, da política deliberativa e da esfera pública, esses possuem grande relevância nos dias hodiernos, tornando-se de extrema importância o conhecimento e estudo sobre eles.

Outrossim, ao que se refere aos procedimentos metodológicos adotados, foi utilizado o método dialético e bibliográfico, no qual tivemos como embasamento o livro "verdade e justificação", escrito por Jurgen Habermas, sendo colocadas algumas citações do livro no decorrer do trabalho, visando situar-nos no contexto teórico. Primeiro, buscou-se expor o pensamento dos filósofos analisados, a posteriori uma análise dos autores, em relação a verdade absoluta de Habermas e por conseguinte as considerações finais.

A posteriori, faz-se mister salientar que é de grande importância a realização de trabalhos e pesquisas sobre grandes nomes da antiguidade, pois as teorias por eles escritas são pilares que servem de embasamento para as teorias atuais, sendo de grande necessidade o repasse desses estudos para todos os indivíduos, tendo como objetivo central o melhor entendimento da origem das coisas e para essas não serem esquecidas.

DA VERDADE

Muito se discute acerca do que é verdade no âmbito da filosofia. A priori, podemos entender como uma simples verdade tudo aquilo que se compreende como um fato. Essa, porém, pode ser considerada uma visão simplista acerca da temática, diante da profundidade que diversos pensadores incorporaram a esse objeto de estudo ao longo da história. Um acontecimento, apesar de ser dito como verdadeiro, pode variar de significado quando posto em diferentes situações, dependendo de como é analisada. Destarte, surge o debate entre a verdade absoluta e a verdade relativa.

DA VISÃO DOS ANTIGOS

Estimado como uma das principais figuras da sua época, Sócrates foi um importante figurante para o debate acerca da verdade. Devido à sua contribuição para com o desenvolvimento da filosofia, houve a transição entre o estudo da origem ao estudo do homem. Indagações quanto ao que é o bem, o que é a justiça e, principalmente, o que é a verdade, começaram a surgir.

Para o pensador, a existência de verdades universais era inevitável. Os fatos e os conhecimentos eram válidos para qualquer espaço e tempo, bastando apenas refletir para que se depare com elas.

Todavia, Sócrates contava com adversários quanto à sua compreensão de mundo. Os Sofistas, mestres na dialética, retórica e oratória, exporiam entre os principais componentes de seu pensamento, o relativismo. Os sábios acreditavam que tudo referente à vida prática pode ser rastreado à sua cultura, sendo assim a verdade adaptável à vivência individual de cada ser.

Nesse viés, para dar continuidade à temática, Aristóteles escreve sua obra “Metafísica”, abrindo seu texto com "Todos os homens, por natureza, tendem ao saber. Sinal disso é o amor pelas sensações." (Aristóteles, 2002, p. 8). Dessa forma, compreende-se que o ser humano nasce para buscar conhecimento, entender o mundo em sua volta e, inerentemente, buscar o significado da verdade de sua existência.

DOS MODERNOS

Evidentemente, a filosofia adaptou-se ao rápido desenvolvimento da cultura humana. Cada indagação que surgia, necessitava de um debate, e novas interpretações sobre temáticas foram se modernizando. Guiados pela base aristotélica, os empiristas julgavam verdadeiro o conhecimento adquirido de forma prática e real, por meio da experiência. Surge assim o entendimento da verdade como um conhecimento ligado ao ser humano. Um fato não é necessariamente verdadeiro até que se realizem experimentos e, somente aí, se comprove sua veracidade. Como Meyers bem coloca:

Locke alega que não podemos provar a existência de nada sem apelar para a experiência. A existência real só pode ser provada pela existência real e nossa única evidência disso é a experiência, ou seja, a percepção exterior das coisas fora de nós e a percepção interior de nossa própria existência e do funcionamento de nossa mente. (MEYERS, 2017, p.8).

Há de se salientar, porém, a importante existência dos racionalistas, como contrapartida aos empiristas. O racionalismo surge com importante figuras, como Descartes, que constrói o pilar de sua filosofia com a frase “Penso, logo existo.” (DESCARTES, 1962 p.23). Posicionando-se estritamente contra ideias geradas com base em experiência, os racionalistas tomaram o caminho da racionalização do conhecimento. A verdade, dessa forma, partiria de seu intelecto, formando uma lei universal da razão.

KANT

Surgindo como uma ponte entre o empirismo e o racionalismo, Kant afirma a necessidade de uma revisão e reestruturação do debate acerca do conhecimento humano, se divergindo das duas principais vertentes da época. Assim, cria o Criticismo, conciliando e, de forma proveitosa, ordenando a parte proveitosa de ambas as correntes filosóficas. Kant estabelece o ser humano como o principal atuante ao adquirir o conhecimento, reforçando a interação entre o sujeito e o mundo objetivo.

A PRIORI E A POSTERIORI

Visando um maior aprofundamento acerca da discussão, o filósofo propõe a separação do processo de conhecimento como “a priori” e “a posteriori”, sendo respectivamente o conhecimento que precede a experiência e que o procede. Ambas as ferramentas intelectuais serviriam como pilares para uma verdade absoluta, uma vez que afirma em sua obra “Crítica da Razão Pura”:

Posto que as proposições da Geometria são conhecidas sinteticamente “a priori” e com uma certeza apodítica, pergunto: de onde tomais semelhantes proposições e em que se apoia o nosso entendimento para chegar a essas verdades absolutamente necessárias e universalmente válidas? Só existem dois meios para elas: os conceitos e as intuições. Tais meios nos são fornecidos “a priori” ou “a posteriori. (Kant, 2001, p.49.)

Destarte, pode-se concluir que um conhecimento *a priori* é, de forma simplificada, absoluto. Considerando como exemplo a matemática: um sistema de números e conhecimentos que independem de julgamentos e experiências humanas. A relativização da essência da matemática é um feito irracional, uma vez que se trata de algo primordialmente imutável. A

posteriori, em contrapartida, se trata de um conhecimento dependente de experiências e sensações humanas. Neste raciocínio, por exemplo, relacionamos a cor vermelha às frutas como o morango. Estes, assim, dependem da visão do sujeito para que tenham suas características devidamente classificadas.

Mas se é verdade que os conhecimentos derivam da experiência, alguns há, no entanto, que não têm essa origem exclusiva, pois poderemos admitir que o nosso conhecimento empírico seja um composto daquilo que recebemos das impressões e daquilo que a nossa faculdade cognoscitiva lhe adiciona (estimulada somente pelas impressões dos sentidos); aditamento que propriamente não distinguimos senão mediante uma longa prática que nos habilite a separar esses dois elementos. (Kant, 2001, p.7).

Há, porém, muita cautela para se aplicar as ideias de Kant ao estudo da verdade absoluta. Aos olhos da filosofia, um fato pode ou não ser validado como real independente da intervenção ou reconhecimento humano. Diante da indagação “Se uma árvore estava a cair numa ilha deserta, haveria algum som?” é incerto uma resposta imediata. Instintivamente, afirmamos que a resposta é positiva, uma vez que nosso conhecimento a priori relaciona que todo objeto que cair necessariamente emitirá algum som. Todavia, filosoficamente falando, devemos indagar a veracidade de se, na ausência de algum ser para escutá-la, o som seria real, dado a carência de reconhecimento do acontecimento.

Vale salientar que, para Kant, a existência inegável de uma verdade absoluta é um tanto quanto falsa, uma vez que afirma:

Mas como então se faria a abstração de todo conteúdo do conhecimento (de sua relação com o objeto), e a verdade precisamente se refere a tal conteúdo, é claro ser de todo impossível e absurdo salientar uma característica suficiente e universal da verdade. (Kant, 2001, p. 62)

KANT NA ÓTICA DE HABERMAS

É certo declarar que Habermas carregava consigo certa estima por Kant. Na abertura de seu quarto capítulo em seu livro “Verdade e Justificação”, o autor periodicamente o cita e reconhece seus feitos para com o desenvolvimento da filosofia, servindo como pilar para pensadores como Hegel, como no trecho:

A história dos mais interessantes movimentos de pensamento desde Hegel pode ser descrita como o mesmo número de iniciativas de descentralização do sujeito cognoscente. Por certo, não incluiríamos Hegel nessa história, embora tenha sido ele quem a impulsionou: foi o primeiro a reconduzir o sujeito transcendental de Kant aos contextos deste lado de cá e a “situar” no espaço social e no tempo histórico a razão que atravessa esses contextos. (Habermas, 2004, p.183).

O autor categoriza como um dos feitos de Kant os três modos independentes da moldura categorial do Mentalismo, sumarizando as ideias expostas pela obra de Kant.

Explica que na Analítica Transcendental, da primeira Crítica, Kant explicaria suas devidas regras para que o próprio sujeito detentor de conhecimento determine que experiências podem ser classificadas como objetivas. Enfatiza que os juízos empíricos operam necessitando uma reconstrução racional para o funcionamento das condições subjetivas. No caso da Dialética Transcendental, sintetiza que Kant aproxima a natureza da inconsistência resultante do emprego desordenado de entendimentos além da resolução de experiência. E por fim, evidencia a ideia moral do discurso do filósofo, discorrendo sobre o imperativo categórico e a evidente quebra de ideia entre a centralização entre o sujeito e o mundo em sua volta.

Para o autor, Kant serviu como uma etapa para que a filosofia encontrasse a descentralização do sujeito, por meio de Hegel. Com isso, possibilita a abertura para novos entendimentos, como indica no trecho:

É a essa situação inicial que se refere a virada transcendental que impulsionou Hegel a dar passos na direção contrária: a de destranscendentalização do sujeito cognoscente. A ideia central é de que o próprio sujeito cognoscente fixa as condições nas quais seus sentidos serão afetados pelo “mundo” ou pelas coisas em si. (Habermas, 2004, p. 188).

O legado deixado por Kant à filosofia serve como um dos pilares que move Hegel ao debate sobre a verdade e aos caminhos à descentralização do indivíduo, como Habermas bem evidencia em sua obra.

HEGEL NA ÓTICA DE HABERMAS

Para Habermas, Hegel representa em sua filosofia uma fase de aprimoramento da razão cuja esta utilizamos atualmente. A descentralização da razão, baseada numa maneira de pensar subjetiva, intermediada pela consciência transcendental e viabilizada pela autorreflexão da capacidade de atribuir-se a um jugo independente do geral, culmina numa maneira equivocada de enxergar a realidade das coisas.

Habermas explica que, para Hegel, apesar de constituirmos uma intersubjetividade comunitária e de atribuirmos a verdade às coisas que simbolizamos, ou seja, catalogadas e conhecidas por todos, isto não é suficiente para afirmarmos o que é verdadeiro ou obrigatório. A experiência histórica, não valida o conhecimento universal, não há certificações em torno do que aprendemos e reconhecemos como objeto de verdade e eficácia.

A modernidade de hoje vincula a verdade a padrões dominantes, ao que é dado e estabelecido por grupos mais fortes. Por exemplo: os europeus estabeleciam uma verdade absoluta e racional como parâmetro de colonização de novas terras, novos povos.

Por conseguinte, as civilizações preexistentes eram dizimadas, uma vez que o conflito entre estas intersubjetividades — que se diferenciavam no que tange o conceito de verdade — destoavam, prevalecendo a intersubjetividade mais forte.

Habermas crítica Hegel sobre o processo estabelecido para analisar a verdade, que segundo ele este saber era tido como subjetivo e uno, por ser extrínseco no espírito:

Hegel deve entender por reflexão fenomenológica algo diverso da autoclarificação ética de uma coletividade a respeito de sua forma de vida preferida. Ele deve mostrar que nossos padrões de racionalidade - juntamente com a forma de vida moderna da qual fazem parte - nascem de um processo geral de aprendizado que cada um pode reconstituir. O caminho sobre o qual "nós" aprendemos a tornar nossos padrões hoje vigentes e as categorias e as categorias consideradas corretas, Hegel reconstrói como um currículo de uma mutação da ciência que o espírito em geral teve de percorrer. (Habermas, 2004, p. 211).

Pelo ponto de vista de Habermas, Hegel enxergava a conceituação de verdade como algo equivocadamente intersubjetivista e pragmático:

"No entanto, sobre as premissas de Hegel, a interpretação intersubjetivista do espírito absoluto é falha em dois aspectos. Em primeiro lugar, mesmo partindo da perspectiva de uma comunidade totalmente, subsiste uma diferença não mediatizada entre o mundo social, que partilhamos intersubjetivamente, e o mundo objetivo com o qual nos confrontamos e devemos chegar a bom termo. Em segundo, atenção entre o que é válido 'para nós' e o que é válido 'em por si' também não pode ser eliminada". (Habermas, 2004, p. 213).

Ou seja, o que para nós pode ser aceitável ao ser intermediado por nossa razão (subjetivamente), ou a razão grupal (intersubjetividade) somente isto não significa que aquilo que denominamos como verdade a é de fato, pois nessas circunstâncias a consciência se utiliza do tempo passado e presente e isto abarca também o ser subjetivo de Hegel, o espírito como forma única de acessar o conhecimento verdadeiro. Habermas defende que os sujeitos justificam as coisas como que integra o mundo objetivo, o que difere do pensamento hegeliano.

A IDEIA DE VERDADE SOB A CONCEPÇÃO DE HEGEL

A priori, não dar para falar sobre verdade absoluta sem antes passarmos por uma reflexão idealística sobre os estudos e teorias de Friedrich Hegel, este grande filósofo cujo papel se deu por reconsiderar a relação do pensamento para com o mundo externo reinventando uma nova

forma de ir além da dualidade oferecida pela subjetividade entre o sujeito e o objeto, ou seja, o homem e tudo aquilo que o circunda.

Diante disso, divergindo do pensamento Kantiano — o qual acreditava e defendia a dualidade do sujeito e do objeto — este filósofo considera que a verdade absoluta só se é alcançável através do reconhecimento do *Ser* enquanto *espírito*, aquele que conhece a si mesmo, e se enxerga como substância infinita, isto é, sem particularidades externas, cuja o saber encontra-se fundamentado no reconhecimento da sua consciência pura.

A CERTEZA SENSÍVEL

Segundo Hegel, na busca pela verdade absoluta, o homem se vê motivado a adquirir do objeto observável — a fim de resolver os problemas — uma verdade singular e única, entretanto se frustra ao encontrar a pluralidade universal induzida pela sua natureza sensível. Ou seja, um objeto em seu estado puro pode ser visto como uno por um observador A e representar à primeira vista um entendimento de verdade, todavia esta mesma substância, se observada por um observador B, quando questionada sobre o entendimento do que vê, trará uma nova percepção múltipla de seu todo simplificado, denotando um resultado — pós análise— plural, isto é, uma verdade universal. Por exemplo: a priori, se observarmos a natureza, a folha pode parecer ser uma, a posteriori, se observada minuciosamente, esta substância se revelará com outras vertentes constituintes; a cor verde (uniformidade), as composições químicas (propriedades) e a sua forma (simetria) o que demonstrará uma multiplicidade de seu teor. Para Hegel, o que nos parece ser verdade hoje, poderá não representar a verdade a posteriori.

A definição de certeza sensível para Hegel:

O conteúdo concreto da certeza sensível faz aparecer imediatamente essa certeza como o mais rico conhecimento, e até como um conhecimento de riqueza infinda, para o qual é impossível achar limite; nem fora, se percorremos o espaço e o tempo onde se expande, nem [dentro], se penetramos nele pela divisão no interior de um fragmento tomado dessa plenitude. Além disso, a certeza sensível aparece como a mais verdadeira, pois do objeto nada ainda deixou de lado, mas o tem em toda a sua plenitude, diante de si. (Hegel, 2003, p.85).

Via de regra, sobre a óptica da natureza sensível o objeto em anamnese demonstra-se ser uma verdade uma, quando observado pela sua forma simples e natural. A princípio, a consciência em sua essência representa o mundo para si como objeto de crítica tendo em vista a sua exteriorização diferente e incomum. Diante disso, a partir da observação da realidade externa, a consciência tende a basear-se suas análises por intermédio dos sentidos, acreditando assim, por sua vez estar

adquirindo uma verdade una, ou seja, absoluta. No entanto, essa compreensão de verdade é baseada pela aglutinação de conhecimentos adquiridos de maneira experiencial sobre fatos externos, a cultura do indivíduo influencia na formação dos seus conhecimentos de mundo, “*A certeza sensível não se apossa do verdadeiro, já que a verdade dela é o universal, mas a certeza sensível quer captar o isto.*” (Hegel, 2003, p. 95). Destarte, o indivíduo projeta como verdade absoluta aquilo que lhe é concedido, previamente, na sua formação cultural, o produto fornecido pela sua certeza sensível sensorial e abstrata. Este saber reflete apenas o *Ser* como lhe é dado, e não a coisa como realmente é.

Destarte, as respostas que a natureza sensível nos entrega são, por demasia, incompletas e indefiníveis. Por exemplo, quando afirmamos que o dia está claro e quente, ou que a água em meu copo retirada da geladeira é fria, basta-se que a noite chegue e que a água modifique a variação de sua temperatura, após alguns minutos fora do ambiente frio, para que essas afirmações se demonstrem imediatas e, portanto, universais já que se baseiam apenas no agora, o agora que está sempre em transição e é inerente a fixação temporal. Esta máxima é muito parecida com o pensamento consubstanciado de Heráclito de Éfeso, quando cita que “nenhum homem pode banhar-se duas vezes no mesmo rio... pois na segunda vez o rio já não é o mesmo, nem tão pouco o homem!...”. Ou seja, o agora não é verdadeiramente o agora, esta interpretação é variável e múltipla, isto é, indefere de ser singular e absoluta.

Hegel retrata em seu livro “Fenomenologia do espírito”:

Quando o que se diz de uma coisa é apenas que é uma coisa efetiva, um objeto externo, então ela é enunciada somente como o que há de mais universal, e com isso se enuncia mais sua igualdade que sua diferença com todas as outras. Quando digo: uma coisa singular, eu a anuncio antes como de todo universal, pois uma coisa singular todas são; e igualmente, esta coisa é tudo que se quiser. Determinando mais exatamente, como este pedaço de papel, nesse caso, todo e cada papel é um este pedaço de papel, e o que eu disse foi sempre e somente o universal. (Hegel, 2003, p.94)

Em suma, a natureza sensível do homem — na busca de realizar o desejo de se obter uma verdade essencial absoluta — ver o mesmo objeto imbuir-se pela multiplicidade de uma verdade universal, o que lhe frustra ao perceber que a verdade só existe na sua abstração.

A PERCEPÇÃO

Se por um lado a certeza sensível enxerga um modelo plural como singular, mesmo que este seja, de fato, um objeto universal, na percepção não só o objeto é universal, mas também o sujeito, como diz Hegel:

A percepção, ao contrário, toma como universal o que para ela é o essente. Como a universalidade é seu princípio em geral, assim também são universais seus momentos,

que nela se distinguem imediatamente: o Eu é um universal, e o objeto é um universal. (Hegel, 2003, p.95)

Isto acontece devido a ocorrência da relação entre o sujeito e o objeto no cume da interação observada pela natureza sensível. Com efeito, a percepção projeta a conclusão para o ser que observa que, tanto o *Eu* como o objeto, são universais. Todavia, segundo a filosofia egeliana isto não pode acontecer sem que haja um problema, uma vez que a consciência é incompatível com a multiplicidade que estaria presente na consideração dos dois — o *Eu* e o objeto — como particular e essencial. A consciência encara os dois elementos — no final da *certeza imediata* — através da percepção o *Ser* que percebe e o objeto percebido, sem espaço para ambiguidades essenciais, existindo apenas uma essência e uma não essência é o que consta na seguinte passagem:

No emergir do princípio, ao mesmo tempo vieram-a-ser os dois momentos que em sua aparição [fenomenal] apenas ocorriam fora, a saber - um, o movimento do indicar; outro, o mesmo movimento, mas como algo simples: o primeiro, o perceber; o segundo o objeto. O objeto, conforme a essência, é o mesmo que o movimento: este é o desdobramento e a diferenciação dos momentos, enquanto o objeto é seu Ser- reunido-num-só. Para nós - ou em si -, o universal como princípio é a essência da percepção, e frente a essa abstração os dois momentos diferenciados - o percebente e o percebido - são o inessencial. (Hegel, 2003, p. 95)

Portanto, ao destacar essas colocações, Hegel demonstra que é através da percepção do objeto e a diferenciação do essencial e o inessencial, que a consciência, enfim, pode encarar esta relação como a verdade sem se anular.

O ENTENDIMENTO

Após descartar a *certeza sensível* e a *percepção* como parâmetros para conhecer as coisas do mundo, Hegel deposita suas expectativas no *entendimento* como forma de buscar uma verdade:

Sem dúvida que o entendimento supassumiu com isso sua própria inverdade e a inverdade do objeto; e o que lhe resultou em consequência foi o conceito do verdadeiro: como verdadeiro em-si essente, que não é ainda o conceito, ou seja, ainda está privado do ser para si da consciência: é um verdadeiro que o entendimento, sem saber que está ali dentro, deixa mover-se à vontade. Esse verdadeiro leva sua vida como lhe apraz, de modo que a consciência não tem participação alguma em sua livre realização; mas, ao contrário, simplesmente o contempla e puramente o apreende. (Hegel, 2003, p. 109)

Para Hegel, o entendimento não é suficiente para captar as verdades do mundo uma vez que este, baseado na tautologia, consegue perceber apenas um lado das coisas, ele apenas busca as regras, as leis, mas não necessariamente explica a natureza verídica da substância como algo absoluto.

A IDEALIZAÇÃO ABSOLUTA DA VERDADE

A ideia de verdade absoluta à qual conhecemos é designada por Hegel como sendo constituída por três fatores, que são a *arte*, a *religião* e a *filosofia*. Isto é, esses elementos são utilizados como uma espécie de filtro da realidade. São estes fundamentos que cadenciam e sustentam o conceito de verdade entre os povos.

A razão é alcançada pela arte, por intermédio da sensibilidade, pela religião, via representação e pela filosofia através do conceito, isto é, a razão pura em si. Esta razão possui localização no tempo, baseada pela influência dos costumes e épocas.

Segundo Hegel, esses elementos possuem níveis diferentes de veracidade e correspondem, respectivamente, como natureza, espírito e ideia.

A verdade como ideia absoluta se atém ao reconhecimento do espírito como única realidade:

A razão é espírito quando a certeza de ser toda a realidade se eleva à verdade, e [quando] é consciente de si mesma como de seu mundo e do mundo como de si mesma. O vir-a-ser do espírito, mostrou-o o movimento imediatamente anterior, no qual o objeto da consciência - a categoria pura - se elevou ao conceito da razão. (Hegel, 2003, p. 304).

É somente através do conhecimento do espírito em si como realidade que a razão passa a ser uma verdade.

O CONCEITO DE VERDADE ABSOLUTA SOB A ÓPTICA DO SENSO COMUM

No livro *A República* escrito pelo grande filósofo Platão, é observado a passagem de um diálogo que acontece entre seu mentor Sócrates, e seu irmão Glauco, cujo trecho, por analogia, remete-se à representação de verdade pela perspectiva do senso comum, que geralmente aceita como verdades, sem necessitar-se de uma análise crítica que questione aquilo que se dar como verídico e, ou seja, aquilo que se percebe — segundo a nossa percepção e experiência — como uma verdade absoluta. O mito da caverna de Platão descreve perfeitamente bem o que está proposto nesta máxima, uma vez que este traz à luz à concepção de verdade absoluta para as os indivíduos ordinários.

No livro VII desta magnífica obra, é registrado o seguinte diálogo:

Sócrates — Imagina agora, ao longo desse pequeno muro, homens que transportam objetos de toda espécie, que o transpõem: estatuetas de homens e animais, de pedra, madeira e toda espécie de matéria; naturalmente, entre esses transportadores, uns falam e outros seguem em silêncio.

Glauco — Uma quadra estranha e estranhos prisioneiros.

Sócrates — Assemelham-se a nós. E, para começar, achas que, numa tal condição, eles tenham alguma vez visto, de si mesmos e dos seus companheiros, mais da que as sombras projetadas pelo fogo na parede da caverna que lhes fica defronte?

Glauco — Como, se são obrigados a ficar de cabeça imóvel durante toda a vida? (Platão, 1997, p. 206)

Por analogia, o que se observava eram escravos acorrentados em um local inóspito, cujos mesmos não se comunicavam e acreditavam-se ser aquilo de fato a exclusiva verdade real. Nessa perspectiva, esses homens, isentos de uma consciência imbuída pelo pensar crítico em relação à realidade, se retraíam frente à presença do medo ilusório deflagrado pela movimentação de sombras animalescas projetadas na frente da luz.

Vejamos esta outra parte:

— Considera agora o que lhes acontecerá, naturalmente, se forem libertados das suas cadeias e curadas da sua ignorância. Que se liberte um desses prisioneiros, que seja ele obrigado a endireitar-se imediatamente, a voltar o pescoço, a caminhar, a erguer os olhos para a luz: ao fazer todos os estes movimentos sofrerá, e o deslumbramento impedi-lo-á de distinguir os abjetos de que antes via as sombras. Que achas que responderá se alguém lhe vier dizer que não viu até então senão fantasmas, mas que agora, mais perto da realidade e voltado para objetos mais reais, vê com mais justeza? Se, enfim, mostrando-lhe cada uma das coisas que passam, o obrigar, à força de perguntas, a dizer o que é? Não achas que ficará embaraçada e que as sombras que via outrora lhe parecerão mais verdadeiras do que os objetos que lhe mostram agora? (Platão, 1997, p. 207)

Aqui o sujeito é ativado além nas sombras e passa a enxergar a verdade por trás das animações animalescas, causando uma reformulação nas suas crenças.

Por fim Platão conclui:

“Sócrates — E se tiver de entrar de novo em competição com os prisioneiros que não se libertaram de suas correntes, para julgar essas sombras, estando ainda sua vista confusa e antes que os seus olhos se tenham recomposto, pois habituar-se à escuridão exigirá um tempo bastante longo, não fará que os outros se riam à sua custa e digam que, tendo ido lá acima, voltou com a vista estragada, pelo que não vale a pena tentar subir até lá? E se a alguém tentar libertar e conduzir para o alto, esse alguém não o mataria, se pudesse fazê-lo? Glauco — Sem nenhuma dúvida!” (Platão, 1997, p. 208)

Dado isto, conclui-se que ao conhecer a verdade por trás daquele cenário ilusório, o indivíduo ultrapassou a intersubjetividade do conhecimento comum de seu grupo e ao retornar ao local de origem sofrera com a escuridão que lhe antes significava a verdade pela única realidade apresentada aos seus olhos.

Em suma, esta analogia sobre o mito da caverna de Platão, nos auxilia na compreensão sobre o entendimento do senso comum.

O senso comum, enquanto baseado em suas crenças e costumes tradicionais tende a consolidar verdades universais como verdades absolutas, baseando-se em ferramentas de análise comuns, como por exemplo a intuição, a superstição, a percepção e a experiência empírica. Diante disso, a intersubjetividade grupal eleva este conhecimento como uma verdade absoluta, e aqueles que a discordam recebem a retaliação do grupo. Ou seja, a consciência coletiva, operando sobre as experiências adquiridas no decurso da vida do indivíduo recusa-se a aceitar que exista

outras verdades além daquelas que fundamentaram a sua compreensão de mundo, e aplica a sua convicção de realidade naquilo que lhe é prático, palpável, enfim, naquilo que é visível diante dos olhos e que o grupo considera como verdade.

Assim como é tratado sobre a *certeza sensível* de Hegel, o conhecimento comum se abstém de analisar o objeto com profundidade, limitando-se apenas ao que é natural e simples, o que caracteriza a percepção de uma verdade universal, múltipla. É como se a intersubjetividade do grupo se representa na forma de cegueira, como diz nesse do livro *Ensaio sobre a cegueira* de José Saramago:

Por que foi que cegámos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem. (Saramago, 1995, p. 188-189)

Portanto, o conhecimento comum pode se assemelhar a um tipo de cegueira coletiva e, sob essa perspectiva, a verdade absoluta, definitivamente, é considerada a partir do baseio na relatividade.

A relação com as crenças grupais, a formação escolar, a tradição religiosa e os costumes morais são fulcrais no que tange a compreensão de verdade “o homem é a medida de todas as coisas”, falava Protágoras.

Os indivíduos comuns se baseiam nestas convicções morais de seus grupos, que são, via de regra, verdades universais e as consideram como verdades absolutas, e isto enquanto conhecimento intersubjetivo, para o grupo torna-se coerente já que todos vivem sobre essa ideia.

Os sofistas defendiam essa alternativa de considerar a verdade como algo relativizado, já que as culturas possuem múltiplos pontos de vista sobre a ideia de verdade e as transições de épocas podem remodelar a noção de verdade vigente, por exemplo: os egípcios acreditavam fidedignamente em deuses com cabeças de animais e isso para eles representava uma verdade absoluta, já em dias atuais esta prática é encarada apenas como objeto de estudo mitológico e meramente histórico.

A VERDADE PARA HABERMAS

Para Habermas a linguagem e a realidade são indissolúveis no que tange a interpretação por nossa óptica. Para ele, só podemos explicar o que é verdadeiro do retrato simbólico das coisas que enxergamos e convertemos em linguagem e a partir de regras que consolidam e apoiem a verdade (justificação). Só podemos explicar a verdade baseando-se em premissa verdadeiras, com um contexto justificável que fortaleça e se resuma em um resultado justificado. A realidade depende de todo um contexto justificável para se tornar algo verdadeiro. Para comprovar a

verdade não dá para se ater apenas a um ponto de vista, mas de outros seres, outras opiniões. As sentenças precisam estar alinhadas e em conformidade com a linguagem para que não se sobressaiam a legitimidade (a intersubjetividade grupal):

O que importa para o mundo da vida é o papel pragmático de uma verdade bifronte, que serve de intermediária entre a certeza da ação e a assertibilidade discursivamente justificada. (Habermas, 2004, p. 249)

A verdade para Habermas depende de uma referência positiva e que seja aceita pela legitimação do povo, comunidade. Para ele a verdade pode ser composta por uma cadeia de justificativas válidas (o que seriam as leis, as normas) e interpretadas pelo ponto de vista intersubjetivo como uma verdade investigada e com resultado atestado:

Rorty tem razão ao salientar que "nada pode valer como justificação a não ser por referência ao que já aceitamos" e concluir daí "que não podemos sair de nossa linguagem e de nossas crenças para encontrar algum teste que não seja a consciência. (Habermas, 2004, p. 242)

Entretanto a coerência do grupo (a intersubjetividade) não valida o conceito de uma verdade absoluta e única, isto é, relativo. A nossa linguagem é indissolúvel dessa ideia que interpreta a verdade, sem ela não teríamos capacidade de associar sentenças e opiniões, tornando os objetos do mundo real como desconhecidos e indecifráveis. A linguagem cumpre papel fundamental nesta máxima.

Para Habermas através da linguagem, e baseando-se em enunciados verdadeiros e coerentes que chegamos à verdade. Para isto é preciso comprovar essa cadeia de justificativas sobre determinado fato e certificar a legitimidade destas.

Habermas fala que ao interpretarmos os enunciados das coisas reais, à luz das evidências disponíveis podemos levantar uma pretensão de verdade incondicional, além do justificado. O que está em jogo é a objetividade da ação e não a representação correta da realidade (a verdade absoluta), mas uma necessidade de comprovar determinadas evidências de teor prático para a comunidade (jurisdição), agrupadas em consonância com a norma vigente de certa época, sobre a aceitação coletiva.

DA VERDADE ABSOLUTA

Apesar de toda a reflexão acerca da verdade absoluta, é fato que não se sabe ao certo se sua existência pode ou não ser confirmada. Tomado como exemplo o provérbio indiano que apresenta uma reflexão da verdade:

Um grupo de cegos ouviu dizer que um animal estranho, chamado elefante, havia sido trazido para a cidade, mas nenhum deles estava ciente de sua configuração e forma. Por curiosidade, eles disseram: "Precisamos inspecionar e conhecê-lo pelo toque, do qual somos capazes". Então, eles o procuraram e, quando o encontraram, tentaram tateá-lo. No caso da primeira pessoa, cuja mão pousou na tromba, disse: "Este ser é como uma cobra grossa". Para outro cuja mão chegou à orelha, parecia uma espécie de leque. Quanto a outra pessoa, cuja mão estava sobre a perna, disse, o elefante é um pilar como um tronco de árvore. O cego que colocou a mão de lado disse que o elefante "é uma parede". Outro que sentiu o rabo, descreveu-o como uma corda. O último sentiu sua presa, afirmando que o elefante é aquilo que é duro, liso e como uma lança. (WIKIPEDIA, 2021).

Nessa alegoria, é perceptível como a verdade pode ser relativizada. Enquanto cada cego tiver sua visão acerca do elefante, é possível concluir como uma tarefa impossível o entendimento preciso de uma verdade absoluta. Há, entretanto, uma verdade absoluta por trás da problemática, uma vez que para haver a possibilidade de uma interpretação divergente e relativa, é necessário um objeto absoluto como o ponto de partida da reflexão e acontecimento. A própria suposição de tudo ser relativo consta, de certa forma, como algo absoluto, uma vez que não cabe interpretação.

O dissentimento entre a verdade absoluta e relativa é uma temática fadada a acompanhar o homem, tendo em vista a influência que carrega nos costumes humanos, seja ela em termos de conhecimento, costumes, religião e outras questões humanas. Deve-se, porém, independentemente de seu viés indeterminado e dialético, compreender que o processo de estudo acerca desse problema é de extrema importância para o desenvolvimento intelectual de cada ser, não se tratando necessariamente do resultado, e sim do caminho trilhado no desenvolver da pesquisa. Cada erro nos aproxima da verdade, seja ela absoluta ou relativa. É evidente que a verdade pessoal habita dentro de cada mente, entretanto, não há provas de seus teores absolutos, podendo indicar, dessa forma, a existência de uma verdade maior que as outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se, portanto, que o objetivo primordial dessa pesquisa é de expor o conceito de “verdade” na visão dos filósofos em questão e de outros pensadores “antigos”, como Sócrates, explanando acerca de uma verdade absoluta, relativa e de uma certeza sensível, trazendo entendimento e a idealização absoluta da verdade. Nota-se, que possuem épocas e pensamentos diferentes, pois o conceito de ‘verdade’ é relativo, no qual depende da visão de mundo e do conhecimento que determinado indivíduo possui para assim gerar uma opinião sobre determinada coisa, variando de pessoa para pessoa, acabando que não existindo uma verdade absoluta, tendo em vista que mesmo analisando o mesmo objeto, as conclusões sobre ele serão diferentes entre as pessoas que o observa.

Nota-se, e é bastante perceptível, os diferentes modos de pensar e de “vê o mundo” entre indivíduos de gerações diferente, haja vista que esta depende da vivência e do meio em que está inserido, acabando que tendo uma discordância de ideias devido as mudanças que ocorrem de um período para outro, mudando assim, também, o modo de pensar e o ponto de vista das pessoas, ocorrendo uma certa evolução.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Loyola, 2002. Acesso em 05/02/2023.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Difel, 1962. Acesso em 05/02/2023.

Fenomenologia do espírito. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. Acesso em 01/02/2023.

G. MEYERS, ROBERT. **Empirismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017. Acesso em 06/02/2023.

HABERMAS, Jurgen. **Verdade e justificação**. São Paulo: Loyola, 2004. Acesso em 02/02/2023.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. [s.l.]: Acrópolis, 2001. Acesso em 06/02/2023.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1997. Acesso em 06/02/2023.

SARAMAGO. **Ensaio sobre a cegueira**. Lisboa: Caminho, 1995. Acesso em 06/02/2023.

WIKIPEDIA. **Os cegos e o elefante**, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Os_Cegos_e_o_Elefante#>. Acesso em: 06/02/2023.